



CÂMARA DOS DEPUTADOS

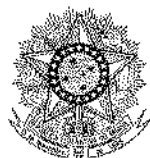
COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

ANO 1995

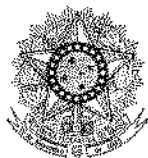
Presidente:	Deputado ALCIDES MODESTO (PT - BA)
1º Vice-Presidente:	Deputado JOSÉ FRITSCH (PT - SC)
2º Vice-Presidente:	Deputado CLEONÂNCIO FONSECA (PSDB - SE)
3º Vice-Presidente:	Deputado JÚLIO CÉSAR (PFL/PTB - PI)

BRASÍLIA, 18 DE DEZEMBRO DE 1995



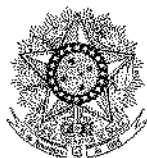
FUNCIONÁRIOS DA CAPR

Agnaldo Passos Barboza	Agente de Transportes
Ana Fátima Rocha	Enc. do Setor de Tram. de Proposições
Elita Henrique de Souza	Secretária do Presidente
Gerson Teixeira	Assessor Técnico
Kátia da C. dos Santos Viana	Assistente de Comissão
Késia Virgínia de Lima Faim	Enc. do Setor de Controle e Execução
Marcelo Ribeiro e Silva	Adjunto de Comissão
Moizes Lobo da Cunha	Secretário
Raimunda Monteiro	Assessora de Imprensa
Sebastião F. de Almeida	Auxiliar de Comissão



ÍNDICE

	Página
APRESENTAÇÃO	04
I - INTRODUÇÃO	05
II - RELATÓRIO DE PROPOSIÇÕES	13
A) APRECIADAS ANO DE 1995	13
A.1) PROPOSIÇÕES APROVADAS	13
A.2) PROPOSIÇÕES REJEITADAS	15
A.3) PROPOSIÇÕES PREJUDICADAS	16
B) PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO	17
B.1) PROPOSIÇÕES PRONTAS PARA A PAUTA	17
B.2) PROPOSIÇÕES PENDENTES DE PARECER DO RELATOR	22
B.3) PROPOSIÇÕES PENDENTES DE DISTRIBUIÇÃO	24
B.4) PROPOSTAS NÃO APRECIADAS DEVOLVIDAS A CCP	24
III - SUBCOMISSÕES CRIADAS	25
IV - GRUPOS DE PARLAMENTARES CRIADOS	26
V - REUNIÕES DE AUDIÊNCIA PÚBLICA	26
VI - SEMINÁRIOS	40
VII - AGENDA EXTERNA DA PRESIDÊNCIA	42
VIII - ESPELHO, COM FREQUÊNCIA DOS TITULARES	43



APRESENTAÇÃO

Este documento relata as atividades básicas promovidas pela Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados durante a Sessão Legislativa de 1995.

Além de atender às exigências fixadas no Art. 41, XVIII, do Regimento Interno da Casa, a divulgação deste Relatório tem o propósito de informar às diversas instituições e entidades da sociedade civil sobre a conduta política e sobre o plano de trabalho executado pela atual gestão da CAPR.

O Relatório pretende ser abrangente, informando as ações desenvolvidas para o atendimento das demandas de caráter estritamente legislativas e aquelas originárias de motivações políticas externas.



I - INTRODUÇÃO

I.1 - A opção preferencial pelos excluídos

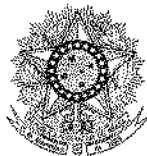
Concluída a presente Sessão Legislativa, podemos afirmar que a Comissão de Agricultura e Política Rural atingiu plenamente os objetivos políticos a que se propôs a atual direção deste importante órgão técnico da Câmara dos Deputados.

Muito nos orgulha dizer que, neste período, incluímos algo novo na história desta Comissão: a sua ampla abertura para a manifestação dos interesses dos deserdados, no campo, da longa trajetória de iniquidade social das ações públicas conformadoras do modelo econômico brasileiro.

Sem-terra, negros, índios, mulheres trabalhadoras, crianças, populações atingidas por grandes projetos, pequenos produtores e trabalhadores rurais, em geral, encontraram nesta Comissão um espaço para a condução de suas lutas por cidadania, nunca antes permitido, alterando, assim, a ambiência monolítica tradicional desta instância do Legislativo.

Se esse fato não resultou - e nem poderia, na reversão do quadro institucional desfavorável à maioria da população trabalhadora rural do Brasil, não temos dúvidas em afirmar que o mesmo potencializou a luta dos movimentos sociais empenhados pelas transformações estruturais pressupostas pela democratização das relações sócio-econômicas no agrário.

Temas como a reforma agrária, o fortalecimento da agricultura familiar, via a redefinição do atual modelo de política agrícola, a manutenção/ampliação das conquistas previdenciárias dos trabalhadores rurais, a regularização das terras dos quilombos, a denúncia e a apuração das condições sub-humanas do trabalho de homens, mulheres e crianças e, o impacto dos grandes projetos sobre o meio ambiente e sobre as populações envolvidas, entre outros, tiveram tratamento privilegiado na pauta da Comissão, neste ano.



Mais estimulante que o simples debate e o encaminhamento das matérias acima referidas junto às esferas competentes, foi a ação articulada, nesse sentido, desenvolvida durante todo o transcurso do ano entre a CAPR e as entidades da sociedade civil, o que significou uma experiência altamente positiva sobre o papel que a institucionalidade pode desempenhar para o fortalecimento da organização e das mobilizações populares e, por conseguinte, de suas conquistas..

1.2 - Prioridade sem exclusão

A ênfase dada pelos trabalhos da Comissão à interlocução dos interesses dos citados segmentos da agricultura brasileira não significou qualquer postura politicamente refratária aos demais agentes sócio-econômicos do setor. A defesa do caráter estratégico da agricultura e, portanto, do conjunto de sua base produtiva mereceu todo o empenho da direção da CAPR.

Neste sentido, apoiamos e participamos diretamente, em Brasília e em vários Estados, de inúmeros atos políticos e reuniões de organizações representativas da agricultura patronal na busca de alternativas políticas contra os desdobramentos altamente desestabilizadores da economia agrícola nacional resultantes, em particular, da implementação do atual programa neoliberal de estabilização da moeda.

Essa diretriz de atuação em função da totalidade dos interesses fundamentais da atividade agrícola, remeteu a CAPR para um monitoramento permanente das medidas governamentais dirigidas ao setor, ao longo do ano. No entanto, somos obrigados a reconhecer a desnecessária segmentação dos esforços dos membros da Comissão na defesa dos interesses do setor. Lamentavelmente, parte dos parlamentares da CAPR, sem conseguir romper com seus inconformismos iniciais ante a investidura de um membro do PT na presidência da Comissão, optaram pela criação de instâncias paralelas de ação e, assim, despoticizando as possibilidades de conquistas para o setor.

Com essa ressalva, vale registrar alguns dos mais importantes objetos da intervenção da Comissão na conjuntura enfrentada, em prol da agricultura nacional e de seus agentes econômicos.

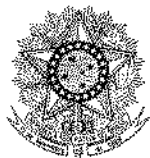


I.3 - As ações em defesa da agricultura

Nesta perspectiva, exigiu nossa atenção absoluta os atos oficiais relativos à plena liberalização das importações agrícolas que, associados à política cambial em vigor, forjaram um quadro de extremo aviltamento dos preços dos produtos agrícolas, com efeitos desastrosos para a agricultura brasileira. Isso tem sido deliberadamente assumido pelo governo como um pressuposto de sua política de estabilização econômica. Para tentar reverter essa tendência de represamento dos preços agrícolas, a própria presidência da Comissão, acatando sugestão da Sociedade Rural Brasileira - SRB, apresentou projeto de lei propondo a elevação automática das tarifas de importações dos produtos agrícolas com estoques razoáveis no país. Nessa direção, também estamos convocando a Ministra da Indústria e Comércio para que, em audiência pública apresente o quadro de volumes e valores da importações brasileiras de produtos agrícolas e explique os motivos da não efetividade do dispositivo da lei agrícola que determina a tributação compensatória sobre os produtos importados que gozam de subsídios na origem. A esse respeito ainda, a CAPR encomendou estudos de especialistas visando a fundamentação técnica para ação judicial que se pretende instaurar contra o não cumprimento, pelo governo, do instrumento da tributação compensatória antes referido.

O crédito rural foi outra matéria que exigiu o trabalho constante da CAPR. Alegando a gravidade da crise fiscal, o atual governo vem agindo no sentido da eliminação do indispensável papel do setor público no financiamento da atividade agrícola, argumento que, na verdade, serve como pretexto para os objetivos não explicitados de contextualização da agricultura ao receituário neoliberal.

Por ocasião do Acordo firmado no primeiro semestre entre o governo e membros da Frente Parlamentar da Agricultura, onde foram definidas as regras para safra 1995/96, a CAPR, através de Nota Técnica de sua assessoria, advertiu sobre os termos desfavoráveis das condições estabelecidas. O período de tempo transcorrido desde então, infelizmente veio a confirmar o diagnóstico da Comissão, segundo o qual, a fixação dos juros de 16% a.a. para o crédito, associada à suspensão dos efeitos do art. 16, § 2º, da Lei nº 8.880/94 viria resgatar a TR como indexador do crédito. Resultado: a taxa anualizada da TR já está projetada em 18%.

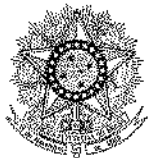


Da mesma forma, nossos empenhos para a diferenciação das regras do crédito para as diversas categorias de produtores não foram considerados, tanto pelos parlamentares que negociaram o acordo do crédito, quanto pelo governo. Mesmo nos somando aos esforços promovidos pelas entidades organizadoras do **Grito da Terra Brasil**, a única concessão do governo relativamente à diferenciação da política agrícola foi a criação do PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, cuja execução neste ano, **foi frustrante**, nas palavras do próprio Secretário Nacional de Política Agrícola. De acordo com a Contag, ao longo do ano, o citado programa aplicou apenas R\$ 10 milhões em financiamentos à agricultores familiares, a taxas nada favoráveis, de 12% a.a, afora o custo do Proagro.

Convém registrar que, além dos embates junto ao governo por recursos e pela diferenciação da política de crédito, a presidência da Comissão, entre outras ações neste sentido, assumiu a Relatoria de um importante projeto de lei, de autoria do Deputado Adão Pretto, que previa o reordenamento da política de crédito, objetivando a sua democratização e regionalização. O Parecer favorável da Presidência foi derrubado pela maioria dos membros da Frente Parlamentar da Agricultura, titulares da CAPR.

Outro tema da política agrícola que marcou a conjuntura agrícola de 1995 foi a questão do endividamento do setor. Sobre essa matéria, uma das primeiras providências da atual gestão da CAPR foi a instalação de Subcomissão encarregada de dar encaminhamento às resoluções constantes do Relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para apurar as causas do endividamento rural. Essa Subcomissão teve o Deputado Nelson Marquezelli como Presidente e, como Relator, o Deputado Valdir Colatto. O Relatório final da citada sub-Comissão certamente encontra-se em fase de conclusão.

Legitimada pelo apoio manifestado pelas entidades de trabalhadores rurais, a direção da Comissão apoiou, articulando politicamente, projeto de lei de autoria de seu 1º Vice-Presidente, Deputado José Fritsch, cujo contexto estabelecia uma bem formulada equação para o tratamento das dívidas rurais, a qual, entre outros pontos, assegurava condições diferenciadas para as renegociações, salvaguardava o Tesouro da assunção de ônus descabidos com o processo, observava as conclusões da CPMI do endividamento, e fazia justiça com os produtores que já haviam liquidado os seus débitos bancários. Tal proposta, com parecer favorável da Relatoria, sob a responsabilidade de um dos próprios coordenadores da Frente Parlamentar da Agricultura, foi ignorado em razão da opção feita por aquela Frente, pela proposta de securitização.



Já nos manifestamos publicamente quanto ao mérito da securitização, não se justificando portanto, comentários adicionais sobre a mesma.

1.4 - Outras atividades estratégicas

Tão ou mais enfática que a atuação ao nível dos acontecimentos que moldaram a conjuntura da política agrícola em 1996, foi a intervenção da CAPR em outras matérias de grande densidade social, em especial, sobre a questão agrária. Neste caso e, em completa sintonia com as entidades de trabalhadores (MST, Contag, CPT) e demais entidades que se empenham pela democratização da estrutura de posse e uso da terra, a Comissão atuou intensivamente em várias frentes. O forte trabalho legislativo nessa área, a apuração *in loco* dos conflitos e de atos criminosos contra os trabalhadores, a articulação junto ao governo por recursos e ações efetivas na implantação da reforma e, a atuação em apoio à criação do **Fórum pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo** reunindo um amplo leque de entidades da sociedade civil, constituíram algumas das iniciativas da Comissão nessa matéria.

Outro objetivo ostensivamente perseguido pela CAPR, nesta gestão, foi o estímulo à formação de massa crítica em prol da implementação de políticas de longo prazo para o setor agrícola nacional, levando-se em conta os propósitos de regionalização, democratização e de sustentabilidade ambiental.

Nessa perspectiva, encomendamos à assessoria da Casa, a elaboração de uma profunda análise sobre o conjunto dos instrumentos de política agrícola e agrária e proposta de suas redefinições tendo como escopo diretrizes democratizantes de suas atuais concepções e práticas. Referido documento, remetido às diversas entidades patronais e de trabalhadores e demais entidades vinculadas ao setor, vem servindo de fonte de subsídios para as discussões que se realizam em torno do assunto, em vários municípios e estados do país. Na busca de acúmulo de debate para a sustentação de ações políticas tendo em vista os propósitos antes mencionados, a CAPR promoveu dois importantes eventos: o **Seminário Internacional sobre Reforma Agrária e Agricultura Familiar** que contou com a participação de representantes do Bird e da FAO, reunindo técnicos dos governos federal e dos estados, dirigentes de entidades nacionais, além de outras personalidades oficiais e da sociedade civil e, juntamente com o INESC, realizou também o **workshop sobre o Mercosul e a Agricultura Familiar**, com a participação de parlamentares e lideranças rurais dos países membros do Mercosul.



I.5 - Momentos de unidade da ação política

Mas, nem todas as ações políticas empreendidas pelos parlamentares vinculados à área rural foram objeto de **quebra de braço** quanto à oportunidade e ao mérito. Antes de exemplificarmos esse fato, vale esclarecer que as disputas mencionadas, com as exceções por conta da intolerância política e preconceito de alguns, foram, na sua maioria, motivadas por divergências de concepção e de classe. Portanto, democraticamente toleráveis e inevitáveis mesmo, dada a pluralidade própria dos parlamentos no sistema democrático representativo. Afinal, não se poderia esperar que as profundas diferenças sócio-econômicas vigentes na área rural do país não viessem resultar em disputas acirradas no âmbito desta instância do parlamento.

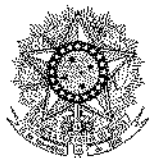
Feita essa observação, merecem destaque entre as ações encaminhadas pela CAPR, de forma amplamente consensuada entre seus membros, as Emendas da Comissão às propostas de Plano Plurianual 1996/99 e da Lei Orçamentária para 1996. Da mesma forma, o ato político promovido em Brasília no mês de julho (caminhãoço), por médios e grandes produtores rurais conseguiu reunir o apoio do conjunto dos parlamentares da Comissão.

I.6 - Instrumentos de comunicação e prestação de contas

Com o objetivo de prestar contas sobre as atividades da CAPR, a direção atual instituiu um boletim informativo de circulação sistemática e endereçada para instituições públicas afins à agricultura, para as entidades patronais e de trabalhadores rurais e para diversas entidades técnicas e populares com atuação nas questões agrícolas e agrárias nacionais. No total, foram publicados dez **Boletins Informativos**.

O **feed back** proporcionado pelo **boletim**, permitiu uma série de ações da CAPR em defesa do setor e de seus segmentos inferiorizados nas relações econômicas e de poder.

Outro instrumento de informação e comunicação posto em prática pela atual direção da Comissão foram as várias **Notas Técnicas** produzidas pela assessoria, retratando o posicionamento da Presidência sobre inúmeros atos do legislativo e medidas governamentais relacionadas às políticas agrícola e agrária nacionais.



I. 7 - Breves comentários sobre o volume de trabalho

Na sequência deste documento, encontram-se assinaladas as atividades básicas desenvolvidas pela Comissão de Agricultura na atual Sessão Legislativa. No entanto, para efeito ilustrativo do volume de atividades conduzidas, destacamos que foram realizadas 30 reuniões de audiência pública, oito das quais, conjuntamente com outras Comissões Permanentes da Casa. Merece ênfase, neste caso, a massiva participação popular em várias das reuniões, obrigando em algumas ocasiões, a que se transferisse o local de suas realizações para espaços mais amplos, como o auditório Nereu Ramos.

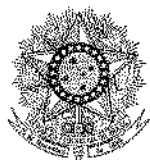
Além dos seminários antes referidos, a CAPR promoveu outro grande Seminário com expressiva participação da sociedade civil, destinado a discutir e encaminhar providências sobre a problemática da posse da terra pelas comunidades remanescentes dos quilombos.

Temos a lamentar a baixa frequência de vários parlamentares às reuniões ordinárias o que fez com que 12 das 34 reuniões convocadas não se realizassem por falta de quórum. Como resultado, chegamos ao final de ano com uma pauta razoavelmente "congestionada" de projetos e outras proposições legislativas pendentes de deliberação. Sobre esse fato, cabe lembrar que esta Presidência encaminhou as providências regimentais exigidas, as quais, no entanto, não conseguiram prosperar.

Além das atividades internas, a direção da CAPR e parlamentares delegados participaram de reuniões em vários estados da federação, junto com Comissões de agricultura das Assembléias Legislativas, partidos políticos, governos estaduais e entidades da sociedade civil, em busca de soluções para os graves problemas que afetam a população rural do país.

I.8 - Os agradecimentos

Para concluir este capítulo, fazemos questão de registrar o apoio recebido da Presidência desta Casa para a plena condução de nossas atividades, particularmente no que concerne à viabilização material do plano de trabalho aprovado pelo plenário desta Comissão. Igualmente, manifestamos nossos agradecimentos a todos os membros da CAPR, em especial, aos companheiros de diversos partidos que dividiram conosco as agruras políticas inerentes à função que assumimos.



Vale registrar e agradecer o apoio e incentivo manifestados durante toda a nossa gestão pela assessoria técnica da Câmara, em especial, da assessoria na área de política agrícola que, através dos valiosos aconselhamentos de seus membros ou de suas participações diretas em várias de nossas atividades prestaram grande contribuição para a condução das elevadas atribuições que assumimos nesta Comissão.

Da mesma forma, sem a paciência, o profissionalismo e a dedicação dos funcionários da Comissão devemos admitir que nada de positivo teria sido possível executar à frente da CAPR.

Por fim, não poderíamos deixar de externar a nossa gratidão aos gestos de companheirismo e de solidariedade prestados pela direção nacional do PT, de sua Secretaria Agrária, da liderança na Câmara e dos demais membros do partido, em particular, dos componentes do Núcleo Agrário da bancada federal. Notadamente nos vários momentos enfrentados de graves tensionamentos políticos, tais manifestações foram de importância decisiva para que continuássemos a cumprir, com afinco e dignidade, o exercício desta presidência.

Deputado ALCIDES MODESTO
Presidente



II - RELATÓRIO DE PROPOSIÇÕES

A) PROPOSIÇÕES APRECIADAS NO ANO DE 1995

A.1) PROPOSIÇÕES APROVADAS

PROJETO DE LEI Nº 7/95 - do Sr. Hugo Biehl - que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos do crédito rural em operações com mini e pequenos produtores rurais".

RELATOR: IVO MAINARDI

- PARECER: favorável, com subemenda, a este e às duas emendas apresentadas na Comissão

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11/95 - do Sr. Valdir Colatto - que "Susta os efeitos da inclusão de beneficiadores, industriais e exportadores como beneficiários de Empréstimos do Governo Federal - EGF, na Resolução nº 2.146, de 2 de março, de 1995, do Conselho Monetário Nacional".

RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA

- PARECER: favorável

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 68/95 - da Comissão de Relações Exteriores - que "Aprova o texto do Convênio Internacional do Café de 1994, adotado em 31 de março de 1994, na sede da Organização das Nações Unidas".

RELATOR: Deputado SILAS BRASILEIRO

- PARECER: favorável

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 93/95 - da Comissão de Relações Exteriores - que "Aprova o texto do Acordo para Conservação da Fauna Aquática nos Cursos dos Rios Limitrofes, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em Brasília, em 1º de setembro de 1994".

RELATOR: Deputado ANTONIO AURELIANO

- PARECER: favorável

PROJETO DE LEI Nº 96/95 - do Sr. Fernando Gonçalves - que "Dispõe sobre a veiculação no rádio e na televisão de informações que estimulem a formação de hortas domésticas".

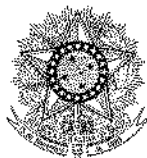
RELATOR: Deputado VALDIR COLATTO

- PARECER: favorável a este e à emenda apresentada na Comissão

PROJETO DE LEI Nº 97/95 - do Sr. Odelmo Leão - que "Acrescenta artigo à Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que "dispõe sobre a política agrícola".

RELATOR: Deputado ODÍLIO BALBINOTTI

- PARECER: favorável, com substitutivo



PROJETO DE LEI Nº 110/95 - do Sr. Odelmo Leão - que "Altera os artigos 4º e 8º da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que "dispõe sobre a política agrícola".

RELATOR: Deputado DAVI ALVES SILVA

• PARECER: favorável

PROJETO DE LEI Nº 113/95 - do Sr. Odelmo Leão - que "Acrescenta inciso I ao artigo 6º da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que "dispõe sobre a política agrícola".

RELATOR: Deputado HUGO RODRIGUES DA CUNHA

• PARECER: favorável

PROJETO DE LEI Nº 343/95 - da Srª. Ana Júlia - que "dá nova redação ao parágrafo 4º, inciso IV, do artigo 9º, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que "dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal".

RELATOR: Deputado PADRE ROQUE

• PARECER: favorável

PROJETO DE LEI Nº 1.125-A/95 - do Sr. Jackson Pereira - que "Dispõe sobre a aplicação em crédito rural de recursos captados nas áreas da SUDAM e da SUDENE".

RELATOR: Deputado OSCAR GOLDONI

• PARECER: favorável, com adoção da emenda apresentada na CDUI

VISTA: o Deputado Valdir Colatto não apresentou manifestação escrita

PROJETO DE LEI Nº 1.955/91 - do Senado Federal - que "Dispõe, com fundamento no inciso VIII do Artigo 23 da Constituição Federal, sobre a obrigatoriedade de órgãos e entidades da administração pública federal realizarem suas compras na Companhia Nacional de Abastecimento - CNA - e dá outras providências".

RELATOR: Deputado BETO LÉLIS

• PARECER: favorável, com substitutivo, a este, e parcialmente à emenda apresentada na Comissão

VISTA: o Deputado Domingos Dutra não apresentou manifestação escrita

PROJETO DE LEI Nº 3.035/92 - do Sr. Werner Wanderer - que "Dispõe sobre o financiamento para reparo e reforma de máquinas e implementos agrícolas".

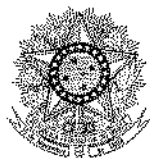
RELATOR: Deputado ABELARDO LUPION

• PARECER: favorável, com emenda, a este e contrário à emenda apresentada na Comissão

PROJETO DE LEI Nº 3.745/93 - do Poder Executivo (Mensagem nº 218/93) - que "Dispõe sobre a vacinação contra a febre aftosa, altera o Regulamento do Serviço de Defesa Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 3 de julho de 1934, e a Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948, e dá outras providências". (Apenso: PL 4.171/93).

RELATOR: Deputado DILCEU SPERAFICO

• PARECER: favorável a este e contrário ao de nº 4.171/93, apensado



VISTA: o Deputado José Fritsch apresentou voto em separado, favorável, com substitutivo

PROJETO DE LEI Nº 3.822/93 - do Sr. Giovanni Queiroz - que "Autoriza o Poder Executivo a suprimir a Reserva Florestal Gorotire, no Estado do Pará, criada pelo Decreto nº 51.029, de 25 de julho de 1961".

RELATOR: Deputado ORCINO GONÇALVES

* PARECER: favorável

VISTA: o Deputado Domingos Dutra não apresentou manifestação escrita

PROJETO DE LEI Nº 3.974-A/93 - do Poder Executivo (Mensagem nº 373/93) - que "Dá nova redação ao parágrafo 1º do Artigo 5º da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola".

RELATOR: Deputado ELIAS MURAD

* PARECER: favorável, com emenda, a este e à emenda apresentada na Comissão

VISTA: o Deputado André Puccinelli apresentou voto em separado, favorável

PROJETO DE LEI Nº 4.575/94 - do Sr. Valdir Colatto - que "Dispõe sobre o Plano Nacional de Assistência Técnica junto aos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária".

RELATOR: Deputado LUIS BARBOSA

* PARECER: favorável a este e a emenda apresentada na Comissão

PROJETO DE LEI Nº 4.592/94 - do Sr. Nelson Trad - que "Altera o artigo 2º da Lei nº 8.393, de 30 de dezembro de 1991, que "extingue a contribuição e o adicional incidentes sobre as saídas de açúcar a que se referem os Decretos-Leis nº 308, de 28 de fevereiro de 1967, e 1952, de 15 de julho de 1982, os subsídios de equalização de custos de produção de açúcar; e dispõe sobre isenção de IPI nas operações que menciona".

RELATOR: Deputado ANTÔNIO AURELIANO

* PARECER (REFORMULADO): favorável, com emenda

VISTA: o Deputado Roberto Balestra não apresentou manifestação escrita

PROJETO DE LEI Nº 4.959/90 - do Sr. Paulo Mourão - que "Concede isenção em favor de estabelecimentos de ensino agrícola".

RELATOR: Deputado PADRE ROQUE

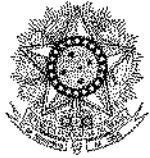
* PARECER: favorável, com substitutivo

A.2) PROPOSIÇÕES REJEITADAS

PROJETO DE LEI Nº 13/95 - do Sr. Zaire Rezende - que "Estabelece requisitos para a concessão de benefícios de incentivo fiscal nas áreas de atuação da SUDAM e SUDENE".

RELATOR: Deputado MENDONÇA FILHO

PARECER: contrário



PROJETO DE LEI Nº 14/95 - do Sr. Nilson Gibson - que "Dispõe sobre a exploração de florestas na Amazônia Legal".

RELATOR: Deputado ANIVALDO VALE

PARECER: contrário

PROJETO DE LEI Nº 17/95 - do Sr. Nilson Gibson - que "Acrescenta parágrafo ao artigo 46 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que "dispõe sobre o Estatuto da Terra", e dá outras providências".

RELATOR: Deputado JOSÉ FRITSCH

PARECER: contrário

PROJETO DE LEI Nº 106/95 - do Sr. Odelmo Leão - que "Dispõe sobre instalações de captação de água para irrigação nas barragens".

RELATOR: Deputado CARLOS MELLES

PARECER: contrário

PROJETO DE LEI Nº 192/95 - do Sr. Adão Pretto e outros 7 - que "Estabelece mecanismos para os financiamentos agrícolas e dá outras providências".

RELATOR: Deputado ALCIDES MODESTO

PARECER: favorável, com 2º substitutivo, a este e contrário às emendas de nºs: 1, 2, 3, 4, 5 e 6, apresentadas ao 1º substitutivo.

VISTA: o Deputado Valdir Colatto apresentou voto em separado, favorável

A.3) PROPOSIÇÕES PREJUDICADAS

PROJETO DE LEI Nº 2.890/92 - do Poder Executivo (Mensagem nº 174/92) - que "Dispõe sobre a desapropriação de imóvel rural, por interesse social e para fins de reforma agrária, privativa da União, e dá outras providências". (Apenso: PL 3.440/92).

RELATOR: Deputado DOMINGOS DUTRA

PARECER: pela prejudicialidade deste e do PL de nº 3.440/92, apensado

PROJETO DE LEI Nº 4.328/93 - do Sr. Valdir Colatto - que "Permite a aquisição, por usucapião especial, de imóveis rurais na faixa interna de 150 quilômetros de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, alterando a Lei nº 6.969, de 10 de dezembro de 1981, e dando outras providências".

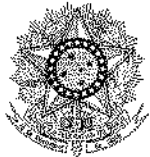
RELATOR: Deputado ROMEL ANÍSIO

PARECER: pela prejudicialidade

PROJETO DE LEI Nº 4.562/94 - do Sr. Telmo Kirst - que "Altera o artigo 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, que "altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, e dá outras providências".

RELATOR: Deputado PADRE ROQUE

PARECER: pela prejudicialidade



B) PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO

B.1) PROPOSIÇÕES PRONTAS PARA A PAUTA

PROJETO DE LEI Nº 16/95 - do Sr. Nilson Gibson - que "Institui critério para fornecimento de energia elétrica a indústrias rurais".

RELATOR: Deputado JOSÉ BORBA

PARECER: favorável

VISTA: o Deputado Padre Roque apresentou voto em separado, contrário

PROJETO DE LEI Nº 44/95 - do Sr. Davi Alves Silva - que "Dispõe sobre a criação do Programa de Reestruturação da Agropecuária Brasileira e dá outras providências".

RELATOR: Deputado ADELSON SALVADOR

PARECER: contrário

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 64/95 - da Comissão Especial do Crédito Rural - que "Altera a legislação tributária federal, institui o Fundo de Apoio à Agroindústria e à Fruticultura e Fundo de Desenvolvimento Tecnológico Rural, e dá outras providências".

RELATOR: Deputado IVO MAINARDI

PARECER: favorável, com substitutivo

PROJETO DE LEI Nº 90/95 - do Sr. Aldo Arantes - que "Dispõe sobre o transporte de trabalhadores rurais ao local de trabalho".

RELATOR: Deputado ANDRÉ PUCCINELLI

PARECER (REFORMULADO): favorável, com 2º substitutivo, a este, e contrário às cinco emendas apresentadas na Comissão ao 1º substitutivo

VISTA (CONJUNTA): o Deputado Padre Roque apresentou voto em separado, favorável, com substitutivo; e o Deputado Roberto Balestra não apresentou manifestação escrita

PROJETO DE LEI Nº 100/95 - do Sr. Odelmo Leão - que "Modifica a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que "regulamenta dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal".

RELATOR: Deputado EZÍDIO PINHEIRO

PARECER: contrário

VISTA (CONJUNTA): Deputados PADRE ROQUE e NELSON MEURER

VISTA: o Deputado Nelson Meurer apresentou voto em separado, favorável

PROJETO DE LEI Nº 105/95 - do Sr. ODELMO LEÃO - que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de preparação de carne bovina em corte, por matadouros frigoríficos e entrepostos frigoríficos, em carcaças tipificadas e dá outras providências".

RELATOR: Deputado SILAS BRASILEIRO

PARECER: favorável, a este, e contrário às quatro emendas apresentadas na Comissão.

VISTA (CONJUNTA): Deputados DILCEU SPERAFICO, JOSÉ FRITSCH e IVO MAINARDI



Devolução pelo Deputado Dilceu Sperafico sem manifestação escrita.

PROJETO DE LEI Nº 111-A/95 - do Sr. Odelmo Leão - que "Acrescenta artigo à Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que 'dispõe sobre a política agrícola'".

RELATOR: Deputado CLEONÂNCIO FONSECA

PARECER: favorável

PROJETO DE LEI Nº 189/83 - do Poder Executivo (MSG Nº 93/83) - que "Altera o Artigo 24 do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que regula o Sistema Nacional de Seguros Privados".

RELATOR: Deputado ADÃO PRETTO

PARECER: favorável, com substitutivo

PROJETO DE LEI Nº 198/95 - do Sr. Ivo Mainardi - que "Altera a política agrícola vigente".

RELATOR: Deputado AUGUSTINHO FREITAS

PARECER: contrário

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 202/95 - da Comissão de Relações Exteriores - que "Aprova o texto do Acordo Internacional do Cacau de 1993, assinado em 2 de fevereiro de 1994, na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque".

RELATOR: Deputado ADELSON SALVADOR

PARECER: favorável

PROJETO DE LEI Nº 207/95 - da Comissão Relações Exteriores(MSG 814/95) - que "aprova o texto do Acordo Internacional do Açúcar, de 1992, assinado em 30 de setembro de 1992, na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque."

RELATOR: Deputado EDUARDO BARBOSA

PARECER: favorável

PROJETO DE LEI Nº 230/95 - do Sr. José Coimbra - que "Altera a redação dos parágrafos 1º e 2º e revoga os parágrafos 3º e 4º do artigo 65 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que "dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências". (Apenso: 887/95)

RELATOR: Deputado DOMINGOS DUTRA

PARECER (REFORMULADO): contrário a este e ao de nº 887/95, apensado

PROJETO DE LEI Nº 238/95 - do Sr. João Coser e outros 5 - que "regulamenta o art. 5º, inciso XXVI, da Constituição Federal e dá outras providências".

RELATOR: Deputado ADÃO PRETTO

PARECER (REFORMULADO): favorável, com uma emenda.

PROJETO DE LEI Nº 257/95 - do Sr. José Fritsch e outros 6 - que "Corrige distorções na correção dos financiamentos passados, regula suas execuções e dá outras providências".

RELATOR: Deputado BETO LÉLIS

PARECER: favorável, com substitutivo



VISTA: o Deputado Valdir Colatto apresentou voto em separado, concordando com o relator

PROJETO DE LEI Nº 281/95 - do Sr. Valdir Colatto - que "Dispõe sobre o uso e a conservação do solo e da água no meio rural".

RELATOR: Deputado ABELARDO LUPION

PARECER: favorável

PROJETO DE LEI Nº 283/95 - do Sr. Olávio Rocha - que "Dispõe sobre a Política de Garantia dos Preços Mínimos para o feijão, o arroz, o trigo e a mandioca".

RELATOR: Deputado NELSON MARQUEZELLI

PARECER: favorável

PROJETO DE LEI Nº 336-A/95 - da Srª. Fátima Pelaes - que "Assegura à mulher, na condição de cabeça-de-casal ou chefe de família, o direito de aquisição de terras públicas".

RELATORA: Deputada TETÉ BEZERRA

PARECER: favorável

PROJETO DE LEI Nº 381/95 - do Sr. Rivaldo Maçari - que "Institui normas sanitárias para animais comercializados em leilões rurais".

RELATOR: Deputado ELIAS MURAD

PARECER: favorável

PROJETO DE LEI Nº 508/95 - do Sr. José Fortunati - que "Acrescenta parágrafo único ao artigo 1º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, que "define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis", e dá outras providências".

RELATOR: Deputado JÚLIO CÉSAR

PARECER: favorável, com duas emendas

PROJETO DE LEI Nº 535/95 - do Sr. Wilson Braga - que "Dispõe sobre aquisição de alimentos, por parte da União, de pequenos produtores rurais, destinados ao programa alimentar de famílias carentes".

RELATOR: Deputado IVO MAINARDI

PARECER: favorável, com duas emendas

PROJETO DE LEI Nº 546/95 - do Sr. José Carlos Coutinho - que "Dispõe sobre o enquadramento sindical de pequenos proprietários rurais".

RELATOR: Deputado ADELSON SALVADOR

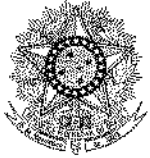
PARECER: favorável, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 550/95 - do Sr. Inácio Arruda - que "Cria o Fundo Nacional de Apoio à Pesca Artesanal, altera o artigo 27 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, modificada pela Lei nº 3.257, de 2 de setembro de 1957, e dá outras providências".

RELATOR: Deputado JOSÉ FRITSCH

PARECER: favorável

PROJETO DE LEI Nº 649/95 - do Sr. Moacyr Andrade - que "Dispõe sobre a assistência médica e social na zona rural canavieira e dá outras providências".



RELATORA: Deputada TETÉ BEZERRA
PARECER: contrário

PROJETO DE LEI Nº 787/95 - do Sr. Ezídio Pinheiro - que "Institui requisitos para a classificação de pequeno produtor rural para fins de enquadramento sindical e do crédito rural".

RELATOR: Deputado SILAS BRASILEIRO
PARECER: favorável, com emendas

PROJETO DE LEI Nº 794/95 - do Sr. Nicias Ribeiro - que "Dá nova redação ao artigo 1º do Decreto nº 73.684 de 19 de fevereiro de 1974, que "cria a Floresta Nacional do Tapajós, e dá outras providências". (Apenso: PL nº 939/95).

RELATOR: Deputado DOMINGOS DUTRA

PARECER: favorável, com substitutivo, a este e ao de nº 939/95, apensado

PROJETO DE LEI Nº 802/95 - do Sr. Welson Gasparini - que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da adição de micronutrientes ao leite de vaca industrializado que especifica e dá outras providências".

RELATOR: Deputado EZÍDIO PINHEIRO
PARECER: favorável

PROJETO DE LEI Nº 882/95 - do Sr. Ezídio Pinheiro - que "Cria o Programa de Habitação Rural".

RELATOR: Deputado ELIAS MURAD

PARECER: favorável, com emenda, a este e contrário à emenda apresentada na Comissão.

PROJETO DE LEI Nº 962/95 - da Srª. Maria Elvira - que "Cria o Programa Nacional de Mecanização Agrícola - PRONAMEC e dá outras providências".

RELATOR: Deputado EZÍDIO PINHEIRO

PARECER: favorável a este, com substitutivo, e contrário às duas emendas apresentadas na Comissão.

PROJETO DE LEI Nº 1.060/95 - do Sr. Adroaldo Streck - que "Dá nova redação ao *caput* do artigo 19, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que "dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal".

RELATOR: Deputado ADÃO PRETTO
PARECER: contrário

PROJETO DE LEI Nº 1.079/95 - do Sr. Ezídio Pinheiro - que "Altera a redação do artigo 30 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar, concedendo dispensa de incorporação aos filhos de produtores rurais em regime de economia familiar".

RELATOR: Deputado ANTÔNIO AURELIANO
PARECER: favorável

PROJETO DE LEI Nº 1.110/95 - da Comissão Especial do Crédito Rural - que "Dispõe sobre o Fundo de Investimento em Commodities, e dá outras providências".

RELATOR: Deputado SILAS BRASILEIRO



PARECER: favorável

PROJETO DE LEI Nº 1.436/91 - do Sr. Koyu Iha - que "Altera a Lei nº 6.305, de 15 de dezembro de 1975, que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico e dá outras providências".

RELATOR: Deputado PADRE ROQUE

PARECER: contrário

PROJETO DE LEI Nº 1.550/91 - do Sr. Hilário Coimbra - que "Dispõe sobre a redução de 50% (cinquenta por cento) do Imposto Territorial Rural - ITR, incidente nos imóveis rurais, localizados em áreas de várzeas na Amazônia Legal e dá outras providências".

RELATOR: Deputado ADÃO PRETTO

PARECER: favorável, com substitutivo

VISTA: o Deputado Davi Alves Silva não apresentou manifestação escrita

PROJETO DE LEI Nº 1.747-A/91 - do Sr. Mauri Sérgio - que "Dispõe sobre a proteção e a exploração comercial da castanheira nativa".

RELATOR: Deputado ANIVALDO VALE

PARECER: favorável, com emenda

PROJETO DE LEI Nº 3.182/92 - do Sr. Adão Pretto e outros 4 - que "Institui o Fundo Especial de Apoio aos Pequenos Produtores Rurais e Agricultores Assentados Cooperativados ou Associados - FEPACA, e dá outras providências".

RELATOR: Deputado NELSON MEURER

PARECER (REFORMULADO): favorável, com quatro emendas, a este e à emenda apresentada na Comissão.

PROJETO DE LEI Nº 3.634/93 - do Sr. Valdir Colatto - que "Dispõe sobre a concessão de crédito rural subsidiado aos mini, pequenos e médios produtores rurais". (Apenso: PL's 91/95 e 777/95).

RELATOR: Deputado JOSÉ FRITSCH

PARECER: favorável ao PL 777/95, com duas emendas, e contrário aos de nºs 3.634/93 e 91/95.

PROJETO DE LEI Nº 3.687/93 - do Sr. Elias Murad - que "Institui Programa Especial de Crédito de Custeio e de Investimento para Substituição da Cultura Fumageira por Culturas Alimentícias Básicas".

RELATOR: Deputado JOÃO RIBEIRO

PARECER: contrário

PROJETO DE LEI Nº 4.340-A/93 - do Sr. Odelmo Leão - que "Altera a Lei nº 8.171, de 10 de janeiro de 1991, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária".

RELATOR: Deputado JOSÉ ALDEMIR

PARECER: favorável, a este e à emenda nº 1 e contrário à de nº 2, ambas apresentadas na Comissão

PROJETO DE LEI Nº 4.479/94 - do Sr. Valdir Colatto - que "Institui normas para a preservação e a reconstituição do patrimônio florestal brasileiro e dá outras providências". (Apenso: PL 163/95)

RELATORA: Deputada TETÉ BEZERRA



PARECER: favorável, com 8 emendas, a este e ao de nº 163/95, apensado.

VISTA: Deputado BETO LÉLIS

PROJETO DE LEI Nº 4.484/94 - do Sr. Valdir Colatto - que "Dispõe sobre a concessão de crédito rural diferenciado para profissionais universitários na área de agricultura e pecuária".

RELATOR: Deputado HUGO BIEHL

PARECER: contrário

VISTA: o Deputado Roberto Balestra não apresentou manifestação escrita

PROJETO DE LEI Nº 4.589/94 - do Sr. Renato Johnsson - que "Dispõe sobre a sub-rogação, pelas instituições financeiras, nos direitos dos produtores e suas cooperativas para o recebimento da indenização do PROAGRO".

RELATOR: Deputado ANÍBAL GOMES

PARECER: favorável, com emenda

VISTA (CONJUNTA): Deputados VALDIR COLATTO, DILCEU SPERAFICO E PADRE ROQUE

VISTA: o Deputado Valdir Colatto não apresentou manifestação escrita, e o Deputado Padre Roque apresentou voto em separado, contrário

PROJETO DE LEI Nº 4.674/94 - do Sr. Francisco Domelles - que "Isenta do imposto sobre produtos industrializados os bens de uso agrícola que especifica, e dá outras providências". (Apenso: PL 538/95).

RELATOR: Deputado ANIVALDO VALE

PARECER: favorável a este e pela prejudicialidade do PL nº 538/95, apensado.

B.2) PROPOSIÇÕES PENDENTES DO PARECER DO RELATOR

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 1/95 - do Sr. José Aldemir - que "Solicita a apuração da derrubada de casas dos plantadores de cana por parte dos usineiros nordestinos".

RELATOR: Deputado DOMINGOS DUTRA

RECLAMAÇÃO Nº 1/95 - da Cooperativa Agro-Industrial Alegrete Ltda-CAAL - quanto à "Omissão da CONAB na remoção do arroz estocado em silos da Cooperativa Agro-Industrial Alegrete Ltda, no Município de Alegrete - RS".

RELATOR: Deputado PEDRINHO ABRÃO

RECLAMAÇÃO Nº 3/95 - do Sr. Edemar Franchetti - quanto ao "Descumprimento das regras de comercialização previstas no pacote agrícola de agosto/94".

RELATOR: Deputado DAVI ALVES SILVA

RECLAMAÇÃO Nº 4/95 - do Sr. Augusto Nardes - quanto ao "Ato comissivo e omissivo do Ministério da Agricultura".

RELATOR: Deputado VALDIR COLATTO



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 180/95 - do Senado Federal (PDS nº 81/95) - que "Autoriza a alienação pelo Governo Federal de uma área de terras de 4.235 (quatro mil, duzentos e trinta e cinco) hectares, situada no Estado de Mato Grosso".

RELATOR: Deputado PADRE ROQUE

PROJETO DE LEI Nº 361/95 - do Sr. Ivo Mainardi - que "Altera o artigo 16, da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que "institui o novo Código Florestal".

RELATOR: Deputado OSVALDO COELHO

PROJETO DE LEI Nº 450/95 - do Sr. Osvaldo Biolchi - que "Altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, a fim de definir as hipóteses de utilização dos Títulos da Dívida Agrária, conforme prevê o artigo 104 da Constituição Federal".

RELATOR: Deputado DOMINGOS DUTRA

PROJETO DE LEI Nº 454-A/95 - do Sr. Augusto Viveiros - que "Institui Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste."

RELATOR: Deputado JÚLIO CÉSAR

PROJETO DE LEI Nº 471/95 - do Sr. Ailton Dipp - que "Dispõe sobre a descentralização da Reforma Agrária".

RELATOR: Deputado JOÃO COSER

PROJETO DE LEI Nº 549/95 - do Sr. José Fritsch - que "Dispõe sobre os condomínios rurais".

RELATOR: Deputado BETO LÉLIS

PROJETO DE LEI Nº 560/95 - do Sr. Valdir Colatto - que "Dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Seguro Rural - SNSR, e dá outras providências". (Aensos: PL's 820/95 e 1.140/95).

RELATOR: Deputado ANTÔNIO AURELIANO

PROJETO DE LEI Nº 898/95 - do Sr. Alcides Modesto e outros 4 - que "Estabelece a elevação das alíquotas do imposto de importação de produtos agrícolas com excedentes de estoques no País".

RELATOR: Deputado CARLOS MELLES

PROJETO DE LEI Nº 1.013/95 - do Sr. Moacyr Andrade - que "Autoriza a compensação de dívidas fiscais e assegura o acesso de trabalhadores rurais à propriedade de terras mediante sua redistribuição".

RELATOR: Deputado ELIAS MURAD

PROJETO DE LEI Nº 1.073/95 - do Sr. Paulo Lima - que "Inclui parágrafo 3º ao artigo 25 da Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, para especificar a forma de contribuição para a seguridade social das empresas prestadoras de serviços na área rural".

RELATOR: Deputado PADRE ROQUE

PROJETO DE LEI Nº 1.093/95 - do Sr. Ezídio Pinheiro - que "Altera e acrescenta dispositivos relativos à habitação rural na Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que 'dispõe sobre a política agrícola', e dá outras providências".



RELATORA: Deputada TETÉ BEZERRA

PROJETO DE LEI Nº 1.166/95 - do Sr. Feu Rosa - que "Institui 'Programa de Apoio à Formação de Hortas Comunitárias' e dá outras providências".

RELATOR: Deputado ABELARDO LUPION

PROJETO DE LEI Nº 1.170/95 - do Srs. Antônio Feijão e Salomão Cruz - que "Dispõe sobre a desapropriação de imóveis rurais de interesse social e torna insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária as terras invadidas de forma ilícita ou sob quaisquer pretextos."

RELATOR: Deputado DOMINGOS DUTRA.

PROJETO DE LEI Nº 1.185/95 - do Sr. Dilceu Sperafico - que "Dispõe sobre o Programa de Crédito Fundiário".

RELATOR: Deputado EZÍDIO PINHEIRO

B.3) PROPOSIÇÕES PENDENTES DE DISTRIBUIÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.284/95 - da Sra. Socorro Gomes e Outros - que "Altera a redação dos artigos 489 e 499 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil e dos artigos 926, 927 e 930 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, que dispõem sobre questões possessórias".

B.4) PROPOSIÇÕES NÃO APRECIADAS DEVOLVIDAS À CCP

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 146/95 - da Comissão de Relações Exteriores - que "Aprova o texto do Acordo Relativo ao Uso de Peritos em Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em Brasília, em 21 de fevereiro de 1995".

PROJETO DE LEI Nº 164/95 - do Sr. Alexandre Ceranto - que "Determina que, nas propriedades rurais com mais de dez hectares de extensão, pelo menos vinte por cento da área respectiva sejam destinados à produção de alimentos".

PROJETO DE LEI Nº 224/95 - do Sr. Fernando Ferro e outros 7 - que "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que "regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional do Norte - FNO, o Fundo Constitucional do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências".

PROJETO DE LEI Nº 235/95 - do Sr. Valdir Colatto - que "Dispõe sobre a criação do Sistema de Seguro Rural e dá outras providências".

PROJETO DE LEI Nº 2.421/91 - do Sr. Adão Pretto e outros 4 - que "Dispõe sobre os efeitos jurídicos decorrentes dos assentamentos, em áreas rurais, regulamenta a perda de propriedade rural pelo abandono e dá outras providências".



PROJETO DE LEI Nº 2.487/92 - do Poder Executivo (Mensagem nº 22/91) - que "Dispõe sobre a padronização, a classificação e a fiscalização de produtos de origem vegetal, seus subprodutos e resíduos de valor econômico". (Apensos: PL's 1.436/91 e 4.387/94).

PROJETO DE LEI Nº 455/95 - da Srª. Marta Suplicy - que "Dispõe sobre a destinação dos alimentos estocados para o Programa Comunidade Solidária".

PROJETO DE LEI Nº 3.821/93 - do Sr. Giovanni Queiroz - que "Altera a área da Floresta Nacional de Tapajós, para dela excluir o Município de Aveiro, no Estado do Pará".

III - SUBCOMISSÕES CRIADAS

- 1 - **Subcomissão Especial** para acompanhar as conclusões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Endividamento Agrícola.

Data da aprovação: 22/03/95

Coordenador: Deputado Nelson Marquezelli (PFL/PTB-SP)

Relator: Deputado Valdir Colatto (PMDB/SC)

- 2 - **Subcomissão Permanente** para tratar da Política do Café, Leite, Cana-de-açúcar e Cacau.

Data da aprovação: 22/03/95

Coordenador: Deputado Silas Brasileiro (PMDB-MG)

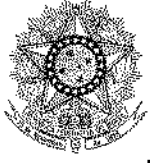
Relator: Deputado Carlos Melles (PFL/PTB-MG)

- 3 - **Subcomissão Especial** para acompanhar e estudar Projetos de Irrigação e Recursos Hídricos.

Data da aprovação: 31/05/95

- 4 - **Subcomissão Especial** para tratar do Planejamento Pesqueiro Nacional.

Data da aprovação: 31/05/95



- 5 - **Subcomissão Especial** para estudar os Projetos Agropecuários que receberam incentivos fiscais do FINOR e FINAM, de 1970 a 1995, com acompanhamento do Ministério Público Federal e do Tribunal de Contas da União.

Data da aprovação: 20/09/95

IV - GRUPOS DE PARLAMENTARES CRIADOS

- 1 - **Comissão Parlamentar da CAPR** para acompanhar as ações do Fórum nacional contra a Violência no Campo e Conflitos Agrários.

Data da Aprovação: 10/05/95

- 2 - **Comissão Parlamentar da CAPR** para visitar os projetos de irrigação no Nordeste.

Data da aprovação: 22/03/95

Composição: Deputados Domingos Dutra (PT-MA), Júlio César (PFL/PTB-PI) e Augusto Nardes (PPR-RS).

- 3 - **O Deputado Fernando Ferro (PT-PE)** foi indicado representante da Comissão para visitar a região canavieira do Nordeste, com a finalidade de colher informações e documentos, bem como fazer um levantamento da real situação, para que a Subcomissão do Café, Leite, Cana-de-açúcar e Cacau possa estudar e encaminhar sugestões para a resolução do problema.

Data da aprovação: 22/03/95

Em 31 de maio o Deputado apresentou seu relatório sobre os problemas enfrentados pela zona canavieira do Nordeste.

V - REUNIÕES DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

DATA: 16/03/95

TEMA:



Comercialização da safra agrícola 94/95, a política dos preços mínimos e de crédito rural, a importância de produtos agrícolas e o mercado de produtos brasileiros.

CONVIDADOS:

- José Roberto Mendonça de Barros - Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda
- Guilherme Leite da Silva Dias - Secretário Nacional da Política Agrícola do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária.
- Brasília de Araújo Neto - Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento
- José Milton Dallari Soares - Secretário Especial de Acompanhamento e Preços do Ministério da Fazenda

AUTOR DO REQUERIMENTO: Deputado Valdir Colatto

DATA: 23/03/95

TEMA:

Os aspectos mais importantes da atual crise agrícola e agrária nacional.

CONVIDADOS:

- Roberto Rodrigues - Presidente da Sociedade Rural Brasileira - SRB
- Vicente de Paula da Silva - Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT
- Dejandir Dalpasquale - Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB
- João Pedro Stédile - Coordenador Nacional do Movimento dos Sem Terra - MST
- Antonio Ernesto Werna de Salvo - Presidente da Confederação Nacional de Agricultura - CNA
- Francisco Urbano - Presidente da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura - CONTAG

AUTOR DO REQUERIMENTO: Deputado Alcides Modesto

DATA: 30/03/95

TEMAS:



Modelo de Política Agrícola a ser adotado pelo Governo Federal a partir de 1995, a manutenção da TR como fator de correção dos financiamentos agrícolas, bem como esclarecimentos sobre a sistemática que o Executivo adotará para a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e a possibilidade da implantação de políticas compensatórias para os produtores agrícolas brasileiros que estão ou venham a ser prejudicados pelo MERCOSUL.

EXPOSITORES:

- Senador José Eduardo de Andrade Vieira - Ministro da Agricultura, do Abastecimento e Reforma Agrária
- Pedro Malan - Ministro da Fazenda

AUTORES DO REQUERIMENTO: Deputados Domingos Dutra e Padre Roque

DATA: 05/04/95

TEMA:

Situação atual do Projeto de Assentamento na Gleba Rio Gelado no Estado do Pará.

EXPOSITOR:

- Marcos Correia Lins - Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

AUTORES DO REQUERIMENTO: Deputados Domingos Dutra e Ana Júlia Carepa

DATA: 26/04/95

TEMAS:

1) Perfil dos financiamentos rurais concedidos pelo Banco do Brasil; 2) Qual o investimento do Banco do Brasil no setor agrícola; 3) Qual o quadro da inadimplência, por categoria de produtores, na área rural e as suas causas; 4) Qual a fundamentação do Banco do Brasil em relação à não retroatividade dos efeitos da derrubada do veto ao art. 16, § 2º, do Projeto de Lei de Conversão nº 11/94; 5) Quais as propostas do Banco do Brasil para o crédito rural; 6) Reflexo da retroatividade dos efeitos da derrubada do veto ao art. 16; § 2º, do PLV 11/94, no Tesouro Nacional; 7) Do montante da dívida qual a parcela que está sob o risco do Tesouro Nacional; 8) Qual o impacto no programa de estabilização do governo; e 9) De que forma o Tesouro Nacional pode subvencionar a agricultura no Brasil.

EXPOSITORES:



- Paulo César Ximenes - Presidente do Banco do Brasil
- Murilo Portugal - Secretário do Tesouro Nacional

AUTOR DO REQUERIMENTO: Deputado Antônio Aureliano

DATA: 18/05/95

TEMA: Proposta de Lei de Proteção de Cultivares - Importância e implicações políticas.

EXPOSITORES:

- Márcio de Miranda Santos - Chefe do Centro Nacional de Pesquisas e Recursos Genéticos e Biotecnologia - CENARGEN/EMBRAPA.
- Carlos Jorge Rosseto - Pesquisador do Instituto Agronômico de Campinas.
- Nelson Trombeta - Assessor Técnico do Departamento de Tecnologia de Produção Vegetal da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária.

AUTOR DO REQUERIMENTO: Deputado Alcides Modesto

DATA: 24/05/95

TEMA:

- "Lançamento do Ato "GRITO DA TERRA BRASIL"

CONVIDADOS:

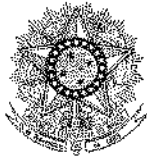
- CUT - Central Única dos Trabalhadores;
- CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura;
- MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra;
- MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens;
- AIMMTR - Articulação das Instâncias do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais;
- CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros;
- MONAPE - Movimento Nacional dos Pescadores;
- CAPOIB - Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.

AUTORES DO REQUERIMENTO: Deputados José Fritsch, Domingos Dutra e Adão Pretto

DATA: 30/05/95

TEMA:

Discussão sobre a questão do trabalho escravo no Brasil



CONVIDADOS:

- Autoridades:
 - . Deputado Nelson Jobim - Ministro da Justiça
 - . Senador José Eduardo de Andrade Vieira - Ministro da Agricultura
 - . Deputado Gustavo Krause - Ministro do Meio Ambiente
 - . Dr. Paulo Paiva - Ministro do Trabalho
- Entidades:
 - . Representante da Procuradoria Geral da República
 - . Representante da CNBB
 - . Representante da OAB
 - . Representante do INESC

AUTORES DO REQUERIMENTO: Deputados Paulo Rocha, Gilney Viana e Domingos Dutra

DATA: 13/06/95

TEMA:

Discussão dos principais projetos em tramitação na Câmara dos Deputados, de interesse dos mini, pequenos e médios produtores rurais.

CONVIDADOS:

- Parlamentares das Comissões de Direitos Humanos e de Trabalho, Administração e Serviço Público;
- Entidades organizadoras do "Grito da Terra":
 - . CUT - Central Única dos Trabalhadores;
 - . CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura;
 - . MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra;
 - . MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens;
 - . AIMMTR - Articulação das Instâncias do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais;
 - . CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros;
 - . MONAPE - Movimento Nacional dos Pescadores;
 - . CAPOIB - Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.

AUTORES DO REQUERIMENTO: Deputados Domingos Dutra, Padre Roque, José Fritsch e Adão Pretto

DATA: 22/06/95

ASSUNTO:

Problemas enfrentados pela avicultura brasileira.

CONVIDADO:

- Heitor José Muller, Presidente da União Brasileira de Avicultura - UBA.



AUTOR DO REQUERIMENTO: Deputado Roberto Pessoa

DATA: 28/06/95

TEMA:

Execução no setor agrícola, dos Fundos Constitucionais de financiamento do Centro -Oeste, do Norte e do Nordeste, respectivamente.

CONVIDADOS:

- Paulo César Ximenes - Presidente do Banco do Brasil
- Byron Costa de Queiroz - Presidente do Banco do Nordeste
- Flora Valladares Coelho - Presidente do Banco da Amazônia

AUTORES DO REQUERIMENTO: Deputados Jaques Wagner, Paulo Rocha, Gilney Viana e Ana Júlia Carepa

DATA: 29/06/95

TEMA:

Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco e a situação em que se encontra.

CONVIDADO:

- Deputado Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho - Ministro do Meio Ambiente e Amazônia Legal

AUTOR DO REQUERIMENTO: Deputado Sérgio Carneiro

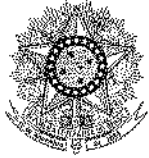
DATA: 03/08/95

TEMA:

"Problemas enfrentados pelos produtores e trabalhadores rurais que vivem da cultura do sisal em todo o Brasil.

CONVIDADOS:

- ISMAEL FERREIRA DE OLIVEIRA, Assessor da Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente - BA;
- RICARDO ALFREDO BRANDÃO EYSEN, Presidente da Câmara de Comércio de Sisal da Bahia;
- ROBERTO AUGUSTO DUTRA, Presidente da Associação Brasileira dos Exportadores de Manufaturados de Sisal;



- WILSON ANDRADE, Presidente do Sindicato das Fibras Vegetais da Bahia;
- JOAQUIM DE OLIVEIRA CUNHA, Presidente da Associação dos Municípios do Nordeste da Bahia; e
- ODILON RENY RIBEIRO FERREIRA DA SILVA, Pesquisador da Embrapa.

AUTORES DO REQUERIMENTO: Deputados José Rocha e Aroldo Cedraz

—
DATA: 10/08/95

TEMA:

- Corredor de Transportes Centroleste que integra os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Tocantins.

CONVIDADO:

- PAULO AUGUSTO VIVÁCQUA - Diretor-Presidente do Consórcio Operacional do Corredor de Transportes Centroleste.

AUTOR DO REQUERIMENTO: Deputado Luiz Durão

—
DATA: 16/08/95

TEMAS:

- 1) Situação dos estoques da CONAB; 2) Situação da importação e exportação dos produtos agrícolas 3) Preços pagos ao agricultor; 4) Quantia e situação de produtos que foram recebidos dos agricultores nas últimas três safras; 5) Quais são os estoques destinados ao Programa Comunidade Solidária.

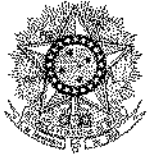
EXPOSITOR:

- ISAÍAS CUSTÓDIO - Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

AUTOR DO REQUERIMENTO: Deputado José Fritsch

—
DATA: 23/08/95

TEMA:



- Reforma Agrária

CONVIDADO:

- BRAZÍLIO ARAÚJO NETO - Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

AUTOR DO REQUERIMENTO: Deputado Silas Brasileiro

DATA: 24/08/95, 31/08/95 e 05/09/95

TEMA:

- Esclarecimentos sobre o descumprimento dos acordos feitos a favor da Agricultura pelas diversas entidades de representação tanto no Congresso como representação sindical.

CONVIDADOS:

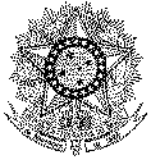
- Senador JOSÉ SERRA - Ministro do Planejamento e Orçamento.
- PEDRO PARENTE - Ministro Interino da Fazenda.
- GUILHERME LEITE DA SILVA DIAS - Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária.
- PAULO CÉSAR XIMENES - Presidente do Banco do Brasil;
- EDMAR LISBOA BACHA - Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
- BYRON COSTA DE QUEIROZ - Presidente do Banco do Nordeste do Brasil.

AUTORES DO REQUERIMENTO: Deputados Antônio Aureliano, Augusto Nardes, Valdir Colatto e Hugo Biehl

DATA: 21/09/95

TEMA:

- Impacto da Proposta de Reforma Tributária na Agricultura.



CONVIDADO:

- ANTONIO MARTINHO ARANTES LÍCIO - Diretor do Departamento de Planejamento Agrícola do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária.

AUTOR DO REQUERIMENTO: Deputado Alcides Modesto

DATA: 05/10/95

ASSUNTO:

- PROJETO DE LEI Nº 35/95 - que "Dispõe sobre a Proposta Orçamentária da União para o exercício de 1996", quanto aos seus aspectos referentes à Agricultura.

CONVIDADOS:

- VICENTE SEBASTIÃO DE OLIVEIRA - Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária;

- GUSTAVO PEREIRA SILVA FILHO - Coordenador Geral de Orçamento do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária;

- ELÍSIO CONTINI - Assessor da Presidência da EMBRAPA;

- GILTON SABACK - Gerente do Departamento de Programação Orçamentária da CONAB;

- JOÃO MONTEIRO - Chefe de Orçamento da Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira - CEPLAC; e

- OSCAR CABRAL DE MELO - Chefe do Departamento de Orçamento e Programação do INCRA.

- AUGUSTO CÉSAR VAZ DE ATAÍDE - Diretor do Instituto Nacional de Meteorologia - INMET;

- GERSON SOARES BARRETO - Chefe de Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Rural;

- CÉLIO PORTO - Representante da Secretaria de Política Agrícola

AUTOR DO REQUERIMENTO: Deputado Alcides Modesto



DATA: 17/10/95

TEMA:

- A questão da fome e os Direitos Humanos no Brasil.

CONVIDADOS:

- RICHARD FULLER - Representante no Brasil da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO);
- ANNA MARIA PELIANO - Secretária Executiva do Programa Comunidade Solidária;
- AUGUSTO DE FRANCO - Membro dos Conselhos Comunidade Solidária e Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

AUTORES DO REQUERIMENTO: Deputados Alcides Modesto e José Fritsch

DATA: 18/10/95

TEMA:

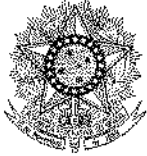
- A Reforma Agrária e a Segurança Nacional no Brasil.

CONVIDADOS:

- Embaixador RONALDO MOTA SARDENBERG - Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; e
- FRANCISCO GRAZIANO NETO - Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

AUTORES DO REQUERIMENTO: Deputados José Fritsch, Adão Pretto, João Fassarela e Beto Lélis

DATA: 25/10/95



TEMA:

- Criação do fórum contra a violência no campo e pela reforma agrária no Brasil.

CONVIDADOS:

- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST;
- Comissão Pastoral da Terra - CPT;
- Conferência Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG;
- Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;
- Central Única dos Trabalhadores - CUT;
- Associação Brasileira de Imprensa - ABI;
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB.

AUTOR DO REQUERIMENTO: Deputado Adão Pretto² Adão Pretto

DATA: 08/11/95

TEMA:

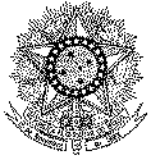
- Proposta de Reforma da Previdência e seus impactos sobre os trabalhadores rurais.

CONVIDADOS:

- REINOLD STEPHANES - Ministro da Previdência e Assistência Social;
- AIRTON LUIZ FALEIRO - Secretário de Políticas Sociais da CONTAG;
- Lideranças de Trabalhadores Rurais.

AUTORES DO REQUERIMENTO: Deputados José Fritsch, Domingos Dutra, Padre Roque e Adão Pretto

DATA: 09/11/95



TEMA:

- Efeitos sócio-econômicos do Programa Grande Carajás na região onde se localiza.

CONVIDADOS:

- JOÃO URBANO CAGNIN - Coordenador-Geral da Secretaria de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento;
- MAURÍCIO JOSÉ LIMA REIS - Gerente-Geral de Meio Ambiente da Companhia Vale do Rio Doce;
- ÉBER BENATTI - Representante do GTA Carajás; e
- ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA - Representante do GTA Babaçu

AUTORES DO REQUERIMENTO: Deputados Dómingos Dutra e Socorro Gomes

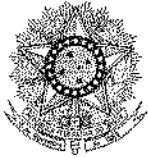
DATA: 21/11/95

TEMA:

- Discutir o MAPA DA FOME ENTRE OS POVOS INDÍGENAS.

CONVIDADOS:

- MÁRCIO SANTILLI - Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI;
- EDMUNDO JUAREZ - Presidente da Fundação Nacional de Saúde;
- IARA PIETRICOVSKY - Representante do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos - INESC;
- RICARDO VERDUM - Representante do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos - INESC;
- JURANDYR CARVALHO - Coordenador Regional do Projeto de Estudos sobre Terras Indígenas - PETI/Museu Nacional;
- FÁBIO ALMEIDA - Coordenador Regional do Projeto de Estudos sobre Terras Indígenas - PETI/Museu Nacional;
- JOSÉ AUGUSTO SAMPAIO - Coordenador Regional da Associação Nacional de Apoio ao Índio - ANAI/BA;



- JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA - Presidente da Associação Brasileira de Antropologia - ABA; e
- AUGUSTO DE FRANCO - Coordenador da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

AUTOR DO REQUERIMENTO: Deputado José Fritsch

DATA: 06/12/95

TEMA:

- Plano de Desenvolvimento do Cerrado.

CONVIDADOS:

- ALCEU SANCHES - Representante da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária;
- EMILIANO PEREIRA BOTELHO - Diretor-Presidente da Companhia de Promoção Agrícola - CAMPO;
- ABRAÃO DE LIMA MORAES - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Balsas - MA;
- NORIHIKO MATSUMOTO - Coordenador para Cooperação Técnica da Agência Cooperativa Internacional do Japão - JICA; e
- FREI RODRIGO - Coordenador da Animação Pastoral e Social do Meio Rural.

AUTOR DO REQUERIMENTO: Deputado Alcides Modesto

DATA: 13/12/95

TEMA:

- Implementação de um programa massivo de investimento na recuperação econômica da agricultura de base familiar.

CONVIDADOS:



- GUILHERME LEITE DIAS - Secretário Nacional de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária;
- MURILO XAVIER FLORES - Secretário de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária; e
- AIRTON LUIZ FALEIROS - Secretário de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG.

AUTORES DO REQUERIMENTO: Deputados Ezídio Pinheiro, José Fritsch e Adelson Salvador

VI - SEMINÁRIOS

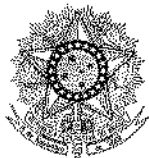
DATA: 26 E 27/09/95

TEMA: Remanescentes de quilombos

CONVIDADOS:

- Representantes das seguintes entidades:
 - * Comunidade Negra do rio das Rãs (BA)
 - * Comunidade de Frechal (MA)
 - * Comunidade do rio Trombetas (PA)
 - * Comunidade dos Kalunga (GO)
 - * Comunidade do Vale do Ribeira (Ivaporunduva-SP)
 - * Comunidade de Mocambo (SE)
 - * Coordenação do Fórum de Entidades Negras
- Associação Brasileira de Antropologia: Dra. Eliane C Oydwyer
- Associação Nacional dos Professores Universitários de História: Dra. Ismênia de Lima Martins
- Professor Alfredo Wagner - antropólogo
- Professor Joel Rufino - Presidente da Fundação Cultural Palmares
- Francisco Welfort - Ministro de Estado da Cultura
- Aurélio Virgílio Veiga Rios - Procuradoria Geral da República
- Dimas Salustiano da Silva - Universidade Federal do Maranhão

AUTOR DO REQUERIMENTO: Deputado Alcides Modesto



DATA: 22 A 24/11/95

TEMA: II Workshop Mercosul

CONVIDADOS:

- MÁRIO FERNANDES - Embaixador do Uruguai
- EDÉLCIO DE OLIVEIRA - Representante do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos - INESC
- CARLOS CARBALLO - Representante Centro de Estudios y Promoción Agraria - CEPA/Argentina
- WALTER BIANCHINNI - Agrônomo do Departamento Sindical de Estudos Rurais - DESER/Brasil
- JERÔNIMO DE SIERRA - do Uruguai
- Deputado HENRIQUE RÚBIO - do Uruguai
- Sra. TERESITA LÓPEZ ROSIO - BASE-Investigaciones Sociales/Paraguai
- Sr. FRANCISCO URBANO - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura/CONTAG

AUTOR DO REQUERIMENTO: Deputado Alcides Modesto

DATA: 28 A 30/11/95

TEMA: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR



CONVIDADOS:

- MALCOLM BALE - Representante do Banco Mundial
- RICHARD W FULLER - Representante da FAO/Brasil
- JOSÉ GOMES DA SILVA - Associação Brasileira de Reforma Agrária
- JAMES RIDELL - Representante da FAO/Roma
- PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO - Associação Brasileira de Reforma Agrária
- HORÁCIO M DE CARVALHO - Consultor em Pesquisas Sociais na Agricultura
- GUILHERME LEITE DIAS - Secretário Nacional de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária
- JOSÉ GRAZIANO DA SILVA - Unicamp/Campinas
- HANS BINSWANGER - Banco Mundial
- LUIS GOMEZ OLIVIER - Representante FAO/Santiago

AUTORES DO REQUERIMENTO: Deputados Adão Pretto, José Fritsch, Padre Roque e Alcides Modesto

VII - AGENDA EXTERNA DO PRESIDENTE DA CAPR

Dentre as várias viagens realizadas pela Presidência, para a representação da CAPR em eventos e atos políticos, destacamos as seguintes:

. Forum da Seca de Pernambuco para discutir os problemas do Semi-Árido, em Recife;

. Seminário sobre "Reforma Agrária", na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul;

. Debate na "Folha de São Paulo", sobre "O Futuro da Agricultura no Brasil", em São Paulo;

. Fórum Nacional de Secretários de Agricultura, em Londrina (PR);



. Mesa Redonda sobre Problemas da Lavoura e Indústria Sisaleira, em Salvador;

.Visita à Federação dos Trabalhadores Rurais e Federação da Agricultura de Goiás, em Goiânia;

. Seminário sobre "Nordeste e Mercosul", em Recife;

. Visita aos Sem-Terra no Pontal do Paranapanema, junto com os deputados Domingos Dutra (PT-MA) e Padre Roque (PT-PR) e aos líderes do MST, Diolinda de Souza e Márcio Barreto, no presídio do Carandiru, em São Paulo;

. Debate sobre "Reforma Agrária e Agricultura Familiar", em Maceió.

.Debate sobre Reforma Agrária e Violência no Campo, na reunião do Conselho Nacional da OAB, em Brasília;

. Assembléia Nacional da Asbraer (Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural), em Maceió.

. Criação do "Fórum Estadual em Defesa da Reforma Agrária na Assembléia Legislativa do Mato Grosso", em Cuiabá;

. Caminhada em homenagem à Zumbi, em Aparecida, São Paulo.

VIII - ESPELHO, COM FREQUÊNCIA DOS DEPUTADOS

MEMBROS TITULARES	FREQUÊNCIA NAS REUNIÕES (%)
ABELARDO LUPION (PFL/PTB-PR)	33,33
ADÃO PRETTO (PT-RS)	68,05



CÂMARA DOS DEPUTADOS

43

ADAUTO PEREIRA (PFL/PTB-PB)	41,67
ADELSON SALVADOR (PSB/PMN-ES)	91,67
ALCIDES MODESTO (PT-BA)	97,22
ANDRÉ PUCCINELLI (PMDB-MS)	44,93
ANÍBAL GOMES (PMDB-CE)	50,00
ANIVALDO VALE (PPB-PA)	61,11
ANTÔNIO AURELIANO (PSDB-MG)	52,78
ARMANDO COSTA (PMDB-MG)	30,55
AUGUSTINHO FREITAS (PFL/PTB-MT)	45,83
BETO LÉLIS (PSB/PMN-BA)	94,44
CARLOS MELLES (PFL/PTB-BA)	62,50
CLEONÂNCIO FONSECA (PPB-SE)	36,11
DAVI ALVES SILVA (PFL/PTB-MA)	12,50
DILCEU SPERAFICO (PPB-PR)	76,39
DOMINGOS DUTRA (PT-MA)	87,50
EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG)	44,44
ELIAS MURAD (PSDB-MG)	66,67
EZÍDIO PINHEIRO (PSDB-RS)	60,29
HUGO BIEHL (PPB-SC)	69,44
HUGO RODRIGUES DA CUNHA	45,83
IVO MAINARDI (PMDB-RS)	66,67
JOÃO RIBEIRO (PFL/PTB-TO)	60,71
JOÃO THOMÉ MESTRINHO (PMDB-AM)	30,55
JOSÉ ALDEMIR (PMDB-PB)	48,61
JOSÉ BORBA (PFL/PTB-PR)	54,17
JOSÉ FRITSCH (PT-SC)	93,05
JOSÉ REZENDE (PTB-MG)	5,00
JOSÉ ROCHA (PFL/PTB-BA)	61,11
JOSÉ TELES (PPB-SE)	ZERO
JÚLIO CÉSAR (PFL/PTB-PI)	76,39
LUIS BARBOSA (PFL/PTB-RR)	62,50
LUIZ DURÃO (PDT-ES)	55,56
MENDONÇA FILHO (PFL/PTB-PE)	31,94
NELSON MARQUEZELLI (PFL/PTB-SP)	38,89
NELSON MEURER (PPB-PR)	50,00
ODÍLIO BALBINOTTI (SEM PARTIDO)	50,00
OLÁVIO ROCHA (PMDB-PA)	46,55

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

44

ORCINO GONÇALVES (PMDB-GO)	47,22
OSCAR GOLDONI (PDT-MS)	23,61
OSVALDO COELHO (PFL/PTB-PE)	18,05
PADRE ROQUE (PT-PR)	88,89
PEDRINHO ABRÃO (PPB-GO)	33,33
RAUL BELÉM (PPB-MG)	ZERO
ROBERTO BALESTRA (PPB-GO)	36,11
ROBERTO PAULINO (PMDB-PB)	51,61
ROBERTO PESSOA (PFL-CE)	40,91
ROMEL ANÍZIO (PPB-MG)	37,50
RONIVON SANTIAGO (PL/PSD/PSC)	27,69
SILAS BRASILEIRO (PMDB-MG)	61,11
TETÉ BEZERRA (PMDB-MT)	50,00
UDSON BANDEIRA (PMDB-TO)	33,33
VALDIR COLATTO (PMDB-SC)	59,72
ZÉ GOMES DA ROCHA (PL/PSD/PSC-GO)	ZERO